

ENTREVISTA

O que estamos fazendo com os nossos índios?

**O "Dia do Nacional Índio" — que será comemorado na próxima quinta-feira, em todo o País — traz de volta uma discussão que, ano passado, mobilizou antropólogos, indigenistas, intelectuais e demais interessados na preservação dessa cultura hoje já bastante descaracterizada: o que acontecerá, se a nossa população indígena for emancipada da tutela do Estado? Nesta entrevista, a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, professora da Unicamp e membro da Comissão Pró-Índio, fala sobre essas e outras questões.**

Dentro da política de exploração econômica e ocupação de terras adotada pelo Governo para o interior do País, quais as perspectivas reais que restam ao índio brasileiro?

— Evidentemente a expansão das fronteiras internas não favorece as populações aborígenes. E o primeiro problema é o da cobiça pelas terras ainda ocupadas por índios. Aparentemente, há uma desproporção: terras extensas para um punhado de índios. Mas, é claro, isto não leva em conta a maneira como os índios aproveitam estes territórios — de maneira totalmente diferente do civilizado. Muitas tribos ainda praticam a caça, pesca e coleta, e precisam de um território muito mais amplo para viver. Mesmo assim, não é muito mais amplo do que o necessário para a criação de gado, por exemplo. Mas há realmente muitas diversidades que o sistema que vigora no País



acha difícil de aceitar. Além da terra, a abertura de estradas termina apontando para este mesmo problema. Há agora a questão dos ianomânis — a última grande nação indígena no Brasil — que conta com 8.400 índios, vivendo na Roraima e

em um pedacinho do Amazonas. Isolados até 1974, quando começou a Perimetral Norte, foram envolvidos naquele quadro de decadência que o contato com o branco traz para os índios. E a estrada corta tranquilamente o território deles. E

uma situação bem típica do que acontece: descobriram cassiterita na serra de Surucucu, onde está localizada a maioria das malocas dos ianomânis. Houve o garimpo, com mais epidemias, mais mortes, até que o Governo fechou o garimpo — mas agora abriu a exploração para o Vale do Rio Doce. Então, quando se fala em perspectivas para o índio...

A gente é obrigada a ser pessimista?

— Talvez não. Há evidentemente um confronto de interesses. Mas por outro lado está-se assistindo pela primeira vez a uma tomada de consciência mais ampla do que representam a cultura e os valores indígenas. E eu acho que a possível salvação do índio está nesta tomada de consciência por parte do branco. No caso da questão da emancipação, a repercussão surpreendeu até mesmo a nós, antropólogos, que denunciávamos o problema.

Então isto abre uma certa esperança de que se possa repensar com mais otimismo as perspectivas do índio brasileiro. No caso dos ianomânis, por exemplo, o que deveria ser feito com a máxima urgência seria um parque indígena, que garantiria minimamente as condições de vida e de cultura deles.

Acredita que a criação de parques indígenas seria uma boa solução para o problema?

— Eu acho que em certos casos específicos sim, sobretudo para grandes nações indígenas. E há outro aspecto: ao contrário das reservas, o parque indígena preserva o potencial ambiental. Quer dizer: ao mesmo tempo é uma reserva ecológica. Então em certos casos os parques são importantíssimos — como no caso do Xingu. Mas há certos parques — como o do Bananal — que estão sendo desativados. E deveriam ser reativados.

Qual a sua opinião sobre a atuação que a Igreja vem desenvolvendo nos últimos anos em relação à questão indígena?

— A Igreja certamente teve um papel muito importante. Agora parece que estão se normalizando suas relações com a Funai. Mas ela sem dúvida foi importante, particularmente para abrir um espaço de discussão entre os próprios índios sobre sua situação.

E a discutida questão da emancipação: quais as possibilidades de ela ser aprovada ou não?

— Sob a forma que foi apresentada, a questão da emancipação na minha opinião, criou uma tal repulsa na população que é muito pouco provável que volte a ser discutida. Pelo menos da forma como foi feito o projeto. Mas, as coisas às vezes são apresentadas prontas. Ou sob roupagens distintas. Em todo caso, o projeto foi dado como adiado — espere-mos que seja "sine die". Porque na realidade não é o problema da emancipação que repugna, mas aquele projeto que propõe uma falsa emancipação. A verdadeira deveria vir dos próprios índios, o que pressupõe condições que não existem: união, discussão, educação. Não pode ser uma coisa vinda de cima para baixo.

Por falar em união e discussão, no recente congresso episcopal de Puebla, no México, houve também um encontro internacional de índios, inclusive com convidados do Brasil. Mas os índios brasileiros não receberam permissão do Itamarati para viajar. O que isso significa, em sua opinião?

— Acho que houve uma pequena retaliação por parte do Governo, como se dissessem assim: "Vocês não querem a emancipação, então já que são tutelados não podem se deslocar livremente." Agora, acho que esta proibição também pode ter o objetivo de impedir a união e a discussão do problema índio entre eles mesmos, te-

mendo a consequente consciência que o debate e as novas informações podem trazer.

O que a senhora pode informar a respeito do afastamento do sertanista Olímpio Serra da direção do Parque Nacional do Xingu, que motivou uma série de protestos dos índios?

— Eu não conheço o Parque, mas o que eu sei a respeito é que o Olímpio estava aplicando uma visão do indigenismo voltada a levar os índios a uma consciência dos processos que os afetam. O que é devolver aos índios uma possibilidade de autonomia. Então, o que aconteceu no Xingu deve estar relacionado, em grande parte, a esta proposta de trabalho. E eu acho que o que surpreendeu a todos é que, pela primeira vez, os índios se levantaram e disseram "nós queremos isso, não queremos aquilo". Os índios ficaram indignados por não terem sido consultados sobre a demissão do Olímpio Serra — o que eu considero um passo gigantesco no Brasil.

Em que medida está acontecendo — ou pode vir a acontecer uma união dos índios brasileiros, de todas as regiões, em torno de seus problemas comuns?

— Este é o tipo de coisa que só deverá se acentuar. O ritmo desta união e conscientização é que é difícil de prever. O Conselho Indigenista Missionário, da Igreja, tem dado uma grande força a este processo. Ele ainda está muito incipiente, mas fatalmente vai acontecer.

Em relação à questão especí-

fica dos índios aculturados ou semi-aculturados, que, ao contrário dos índios do Xingu e de outros lugares mais afastados, perderam uma série de características culturais próprias e podem ser confundidos com caboclos: como eles poderão lutar por seus direitos, por suas terras e até por sua sobrevivência enquanto grupos?

— As pessoas costumam esperar um certo tipo de índio, tupi or not tupi, como disse Oswald de Andrade. Como já foi lembrado, o índio do Xingu é muito fotogênico, muito bonito. De certa maneira, é o índio que se espera encontrar sempre. Então, quando um tupiniquim lá do Espírito Santo se apresenta, parece ter muito pouco a ver com o índio que se esperava. Mas é uma exigência muito paradoxal: o povo brasileiro não é aquele português seiscentista que colonizou o País — nós mudamos muito. E ninguém exige que nos pareçamos com aqueles portugueses para que sejamos reconhecidos como brasileiros. Mas para o índio ser reconhecido como índio, de certa forma se exige que ele seja Peri, ou coisa desse tipo. Ou que eu quero dizer, basicamente é que a cultura de qualquer grupo se modifica. E não é o fato de terem mais ou menos coisas em comum com os caboclos da região que determina ou não a sua consciência de serem índios. E esta consciência é que é o fundamental, o que os define como índios. E não o fato de usarem cocar ou chapéu de palha.